



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. Trata-se de sistema de registro de preço para os serviços de arbitragem, para a Secretaria Municipal, Esporte, Lazer e Eventos que por sua vez utilizará para as atividades típicas da Pasta, em especial, junto ao Departamento de Esporte.

Item	Quantidade	Uni.	Descrição / Especificação
01	120	Jogo	Serviço de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO categoria Livre – 02 tempos de 45 minutos.
02	120	Jogo	Serviços de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO categoria Veteranos/Master – 02 tempos de 40 minutos.
03	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL adulto masculino – 02 tempos de 20 minutos.
04	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL Categoria de Base – 02 tempos de 20 minutos.
05	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de VÔLEI DE AREIA – 03 sets de 21 pontos.
06	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de BASQUETEBOL – 04 tempos de 08 minutos.
07	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de HANDEBOL – 02 tempos de 20 minutos.
08	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de VOLEIBOL – 05 sets de 25 pontos.
09	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 20 minutos.
10	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 15 minutos. Sub 13 / Sub 15 / Sub 17.
11	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 10 minutos. Sub 07 / Sub 09 / Sub 11.
12	10	Turno	Serviços de arbitragem/cronometragem/controle de CORRIDAS/RÚSTICAS. (Turno)
13	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 20 minutos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

			minutos FEMININO.
14	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL adulto feminino 02 tempos de 20 minutos FEMININO.
15	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL sub 20, sub 17, sub 15 Masculino – 02 tempos de 15 minutos.
16	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL sub 07, sub 09, sub 11, sub 13 Masculino – 02 tempos de 10 minutos.

Para a realização de cada modalidade é necessário que o serviço de arbitragem seja composto por uma equipe de:

Serviço de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO por partida.	Um árbitro principal, dois assistentes (bandeirinhas), um mensário. *A contratada deverá contar com placas com números para substituição de atletas, assim como rádios comunicador para serem usados nas partidas de semifinal e final dos campeonatos.
Serviço de arbitragem de FUTSAL por partida.	Dois árbitros, um anotador e um cronometrista.
Serviço de arbitragem de VÔLEI DE AREIA por partida.	Dois árbitros e um anotador.
Serviço de arbitragem de BASQUETEBOL por partida.	Dois árbitros, um anotador e um cronometrista.
Serviço de arbitragem de HANDEBOL por partida.	Dois árbitros, um anotador e um cronometrista.
Serviço de arbitragem de VOLEIBOL por partida.	Dois árbitros e DOIS anotadores.
Serviço de arbitragem de FUTEBOL SETE/SOCIETY por partida.	Dois árbitros e um mensário.
Serviço de arbitragem de CORRIDA/RÚSTICA	10 árbitros por evento *A contratada deverá disponibilizar sistema de cronometragem

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021, ou se findando os eventos em pauta.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei nº 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei nº 14.133/2021)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

- (X) serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
() serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Pretende-se, primeiramente, como já esclarecido no item anterior, do pregão eletrônico para serviços de arbitragem, e do ponto de vista do alinhamento entre a contratação e planejamento a SMELE destaca a previsão de atividades esportivas que demandam este serviço.

Dentre as atividades que serão desenvolvidas na SMELE podemos destacar os campeonatos de futebol de campo nas categorias: Veteranos, Master, Séries A e B, Categoria de Base, campeonato feminino. Ainda, os Jogos de Verão, que enquadram diversos esportes como futsal, basquete, vôlei, beach tênis, handebol, street ball; por fim, podemos destacar também os circuitos de rústicas, que envolvem 6 categorias de acordo com a idade do participante.

A previsão pretendida está prevista, desde o ano de 2016, na LEI Nº 6.177/2024 que “Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento do Poder Executivo Municipal de São Borja-RS, nos dispositivos que detalharemos a seguir:

Lei nº 6.177/2024 Art.123. Compete à Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Eventos, promover ações visando aplicar políticas de desenvolvimento do esporte e eventos no Município; (...) criar e manter políticas de desenvolvimento, voltados à prática e aprimoramento das atividades esportivas e de lazer no Município; (...) elaborar e executar campeonatos municipais; (...) promover atos no sentido de desenvolver o esporte e lazer no Município; (...) a promoção e incentivo à prática de esportes, como forma de lazer e saúde; planejar, coordenar, executar, implantar e implementar, planos, programas e projetos inerentes às áreas do desporto no município; criar e manter políticas de desenvolvimento, voltados à prática e aprimoramento das atividades esportivas no município, promoção, participação ou representação em atividades desportivas;

A fim de diminuir dúvidas, segue o link de acesso à Lei 5.203/2016 <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-borja/lei-ordinaria/2024/617/6177/lei-ordinaria-n-6177-2024-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacao-e-funcionamento-do-poder-executivo-municipal-de-sao-borja-rs-revoga-as-leis-n-s-5203-16-5-256-17-e-5-925-22-e-da-outras-providencias>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

Ainda, algumas das atividades estão previstas na Lei, Nº 4.749/2013 que “Dispõe sobre a aprovação do Calendário Oficial de Eventos permanente do Município e dá outras providências”, nos dispositivos que detalharemos a seguir:

Lei 4.749/2013.

Artigo 1º – MARÇO – Campeonato Municipal de Base e Veteranos;

Artigo 3º Fica desde já autorizado o Poder Executivo a custear as despesas necessárias para a realização dos eventos definidos por esta Lei, dentro das dotações devidamente previstas na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - SMCTEL - e Gabinete do Prefeito - GAP - responsáveis pelos eventos e convênios de repasse de recursos para entidades participantes”

A fim de diminuir dúvidas, segue o link de acesso à Lei <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/sao-borja/lei-ordinaria/2013/474/4749/lei-ordinaria-n-4749-2013-dispoe-sobre-a-aprovacao-do-calendario>

Dentro dos programas orçamentários, projeto/atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer podemos referir os seguintes:

- a) Programa de Iniciação Esportiva;
- b) Manutenção e implantação de unidades esportivas;
- c) promoção ao desporto e lazer;
- d) promoção de eventos esportivos;
- e) jogos de primavera.

Acreditamos que com as informações acima ficam superados os quesitos acerca do alinhamento entre a contratação e o planejamento.

Por fim, vigora no município a licitação de troféus e medalhas, que foi criada justamente para premiar os atletas que competirão nos eventos esportivos do Ente no ano de 2024.

Um processo de arbitragem denota organização em um evento esportivo, uma vez que se trata de profissional que julgar o bom andamento de cada modalidade esportiva, uma partida esportiva vale-se da figura do árbitro para que os eventos aconteçam dentro de um regulamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

O sistema de Pregão Eletrônico está pacificado em artigos da Lei 14.133/2021, e recomenda ainda que seja utilizada esta modalidade, vejamos:

Lei. 14.133/2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 29. A concorrência e o **pregão** seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se **o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.**

O pregão eletrônico é uma modalidade utilizada em licitações que oferece vantagens tanto para os órgãos públicos quanto para os fornecedores. Alguns dos motivos para se adotar o pregão eletrônico em licitações incluem:

1. **Transparência:** O pregão eletrônico oferece maior transparência no processo de compras, uma vez que todas as informações dos produtos, preços e fornecedores são disponibilizadas de forma clara e acessível a todos os participantes.
1. **Eficiência:** O pregão eletrônico permite que o processo de compras seja realizado de forma mais rápida e eficiente, uma vez que elimina a necessidade de deslocamento físico dos participantes e agiliza a comunicação entre compradores e fornecedores.
2. **Redução de custos:** Por ser realizado de forma eletrônica, o pregão eletrônico elimina a necessidade de impressão de documentos, deslocamento físico e outras despesas relacionadas a processos de compras tradicionais, o que contribui para a redução de custos.
3. **Maior competitividade:** Ao permitir a participação de um maior número de fornecedores de diferentes regiões, o pregão eletrônico aumenta a competitividade entre os participantes, o que pode resultar em preços mais baixos e melhores condições de pagamento.
4. **Monitoramento e controle:** O pregão eletrônico oferece recursos para o monitoramento e controle do processo de compras, permitindo que gestores acompanhem em tempo real as propostas recebidas, o que facilita a tomada de decisões estratégicas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a contratação dos serviços de arbitragem, para a Secretaria Municipal, Esporte, Lazer e Eventos que por sua vez utilizará para as atividades típicas da Pasta, em especial, junto ao Departamento de Esporte.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços de contratação da empresa têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de processo de licitação, pregão eletrônico, menor preço global.

CAPÍTULO III **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

(X) Prazo de entrega, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA, e o serviço deverá ser entregue conforme o cronograma de atividades esportivas da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Eventos, que será entregue à empresa sempre às segundas feiras, relacionando a quantidade de jogo da semana corrente.

() No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a XXXX dias/meses.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

O Serviço deverá ser entregue no local onde acontecerão os eventos esportivos da cidade de São Borja sob a coordenação da SMELE, devendo a empresa contratada entregar o informativo de profissionais com 48 horas de antecedência do início de cada evento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g)** cumprir com as condições pactuadas, mesmo que se necessite, por questões climáticas ou por outro motivo de força maior, a alteração da data dos eventos esportivos, sem recair qualquer aumento de valores da parte contratada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Não se observa a necessidade de garantias ou validade, uma vez que se trata de prestação de serviços, com cláusulas especificadas, com obrigações de cumprimento de cronograma e execução que serão pactuadas em contrato.

CAPÍTULO IV



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do serviço contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será o Diretor José Carlos Almeida Dubal e o suplente o Diretor José Antero Rodrigues Viana.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita para serviços, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;*
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- III. dar causa à inexecução total do contrato;*
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;*
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;*
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;*
 - II. multa;*
 - III. impedimento de licitar e contratar;*
 - IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*
- 15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:*
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;*
 - II as peculiaridades do caso concreto;*
 - III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*
 - IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;*

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em uma etapa, no valor resultante da disputa da licitação, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

CAPÍTULO VI **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a secretaria requisitante define pelo Pregão Eletrônico, menor preço global.

Não se observa a necessidade de parcelamento do objeto, uma vez que todas as atividades, mesmo que divididas em 15 itens, são unificadas numa única finalidade que é a arbitragem, o parcelamento ou fracionamento da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

proposta minimizará falhas e, tendo apenas uma empresa que faça a gestão da arbitragem, fatos extraordinários poderão ser mitigados com melhor agilidade.

O menor preço global será adotado, uma vez que se pode gerar a economia de escala, pois os mesmos serviços serão prestados pela mesma empresa, e com duas ou mais empresas vencedoras do certame, uma para cada item, haverá uma menor organização para com cada modalidade esportiva, uma vez que se emana de mesma Secretaria Municipal.

Na mesma ótica, abjudicação por item, caso uma das empresas falhar na entrega do serviço, toda uma modalidade esportiva praticada sob a gestão da Pasta será prejudicada.

No objeto a ser licitado, observa-se uma interdependência técnica e operacional entre as atividades, só para exemplificar, caso a licitação seja por item, os procedimentos serão em duplicidade, como a comunicação, pois serão duas empresas tratando do mesmo serviço, isso na parte operacional, pois ocasionaria também duplicidade contratual, tempo dobrado para contato com empresas para processos burocráticos como os contratuais, dentre outros.

A execução fragmentada, por meio de adjudicação por item, comprometeria a padronização dos procedimentos, resultando em dificuldades de coordenação e de fiscalização, além de conflito de responsabilidade entre diferentes fornecedores.

O grupo por lote possibilita a integração das atividades, maior eficiência na execução e redução de custos operacionais e administrativos, ganhos em escala, que refletem em economia, inclusive de tempo, para a administração, também favorece a uniformidade na qualidade dos serviços prestados e otimiza a gestão contratual.

Destaca-se, ainda, que o edital estabelece critérios de aceitabilidade de preços unitários máximos, garantindo transparência, economicidade e conformidade com os princípios estabelecidos na legislação vigente.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com o critério de menor preço por lote.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.

e) assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(☒) Sim (☐) Não

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Certidão de Capacidade Técnica Profissional, através de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter(em) o(s) Responsável(eis) Técnico(s) executado serviços compatíveis em características semelhantes e de complexidade operacional compatíveis ao objeto da licitação;

19.2 VISTORIA

(☒) Não (☐) Sim (☐) Opcional (☐) Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(☒) Não (☐) Sim

19.4 AMOSTRA

(☒) Não (☐) Sim

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Descrever:

Não

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Aplica-se os benefícios da L.C. 123/2006 no que couber.

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não se observam vedações para este processo licitatório.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O método de pesquisa utilizado foi o descrito na lei 14.133/2021.

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, **adotados de forma combinada ou não**:

...

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

...

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Desta forma, foi processada a ampla pesquisa de mercado, atualizada, em conformidade com o que regulamenta o artigo 82 da Lei 14.133/21

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

§5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I – realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

Para se auferir o valor praticado no mercado, a Secretaria Municipal de Eventos, Lazer e Esportes buscou junto a empresas locais os orçamentos de forma direta, como forma viável de se chegar ao preço médio, conforme inciso IV, do artigo 23 da Lei de Licitações; entretanto, após o recebimento dos orçamentos, a Pasta alterou alguns objetos, retirando itens que não foram cotados pelas empresas, desta forma foi utilizada a pesquisa no banco de preços municipais, para obtenção do preço médio, conforme inciso IV, do artigo 23 da Lei de Licitações, por fim as modalidades de pesquisa de preços foram utilizadas de forma combinada, conforme observa o §1º do mesmo artigo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

Conforme a metodologia de pesquisa de preços utilizada, pode-se chegar ao preço médio dos itens, conforme a tabela abaixo.

Por fim, juntado ao processo está as planilhas de composição de custos para cada item, onde deverá seguir o panorama e observados os lances.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

Item	Quantidade	Uni.	Descrição / Especificação	Valor Unitário	Valor Total
01	120	Jogo	Serviço de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO categoria Livre – 02 tempos de 45 minutos. (Preço adquidido no Licitacom)	R\$ 571,54	R\$ 68.584,80
02	120	Jogo	Serviços de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO categoria Veteranos/Master – 02 tempos de 40 minutos. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 648,33	R\$ 77.799,60
03	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL adulto masculino – 02 tempos de 20 minutos. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 398,33	R\$ 39.833,00
04	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL Categoria de Base – 02 tempos de 20 minutos. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 348,33	R\$ 34.833,00
05	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de VÔLEI DE AREIA – 03 sets de 21 pontos. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 315,00	R\$ 31.500,00
06	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de BASQUETEBOL – 04 tempos de 08 minutos. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 321,66	R\$ 32.166,00
07	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de HANDEBOL – 02 tempos de 20 minutos. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 358,33	R\$ 17.916,50
08	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de VOLEIBOL – 05 sets de 25 pontos. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 368,33	R\$ 36.833,00
09	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 20 minutos. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 375,00	R\$ 37.500,00
10	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 15 minutos. Sub 13 / Sub 15 / Sub 17. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 326,66	R\$ 32.666,00
11	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 10 minutos. Sub 07 / Sub 09 / Sub 11. (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 315,00	R\$ 15.750,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

12	10	Turno	Serviços de arbitragem/cronometragem/controle de CORRIDAS/RÚSTICAS. (Turno) (Preço adquidido Por orçamento local)	R\$ 3.133,33	R\$ 31.333,30
13	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 20 minutos FEMININO. (Preço adquidido no Licitacom)	R\$ 357,20	R\$ 17.860,00
14	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL adulto feminino 02 tempos de 20 minutos FEMININO. (Preço adquidido no Licitacom)	R\$ 280,25	R\$ 14.012,50
15	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL sub 20, sub 17, sub 15 Masculino – 02 tempos de 15 minutos. (Preço adquidido no Licitacom)	R\$ 197,27	R\$ 9863.50
16	50	Jogo	Serviço de arbitragem de jogos de futsal sub07, sub09, sub11, sub 13 masculino – 02 tempos de 10 minutos (Preço adquidido no Licitacom)	R\$ 216,44	R\$ 10.822,00
Valor Total				R\$ 509.273,20	

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram obtidos, no que concerne à pesquisa direta com fornecedores locais, pela Secretaria requisitante, SMELE, pressupõe-se a veracidade dos atos, e os itens que foram estimados com a pesquisa de preços já praticados pelo mercado, advindo pelo departamento de Compras, os dois vetores de pesquisa foram utilizados de forma combinada e representam o melhor resultado que se pode obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria,

Álvaro Roque de Carvalho Luiz
Agente Administrativo
SMPOP

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município

21.2.. Dotação orçamentária da contratação.

Órgão: 19
Unidade: 2
Função: 27
Subfunção: 811



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

Programa: 119
Projeto/Atividade: 1084
Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00
Recurso: 1500-0001
Completo: 0
Reduzido: 43547

Órgão: 19
Unidade: 2
Função: 27
Subfunção: 812
Programa: 119
Projeto/Atividade: 1034
Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00
Recurso: 1500-0001
Completo: 0
Reduzido: 43534

Órgão: 19
Unidade: 2
Função: 27
Subfunção: 812
Programa: 119
Projeto/Atividade: 2198
Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00
Recurso: 1500-0001
Completo: 0
Reduzido: 43557

Órgão: 19
Unidade: 2
Função: 27
Subfunção: 812
Programa: 119
Projeto/Atividade: 2199
Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00
Recurso: 1500-0001
Completo: 0
Reduzido: 43569

Órgão: 19
Unidade: 2
Função: 27
Subfunção: 812
Programa: 119
Projeto/Atividade: 2158
Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00
Recurso: 1500-0001
Completo: 0
Reduzido: 43586



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

São Borja/RS, 06 de fevereiro de 2025.

Álvaro Roque de Carvalho Luiz
POERSCHKE
Agente Administrativo
Esporte,

PAULO MOACIR
Secretário Municipal de
Lazer e Eventos

() **Defiro**

() **Indefiro**

Prefeito de São Borja/RS